



A pobreza que há em nós

A cada meia hora, ao longo de 2020 e de 2021, uma família preencheu o formulário do Banco Alimentar para pedir comida. Foram quase 100 mil pessoas, a maior parte das quais vivia até então sem precisar de ajuda



TEXTO **RAQUEL ALBUQUERQUE**
INFOGRAFIAS **JAIME FIGUEIREDO**







primeira pessoa que apareceu à porta do armazém em Setúbal a pedir comida ficou na memória do responsável do Banco Alimentar. Era uma mãe com dois filhos pequenos, que começou por explicar que não os trazia para impressionar ninguém, mas apenas porque não tinha com quem os deixar.

Pouco se sabia ainda sobre o vírus naquelas semanas do final de março de 2020, mas já se aconselhava a não deixar as crianças pequenas com os avós. A mãe, professora, estava sem qualquer rendimento. Pouco antes do primeiro confinamento tinha decidido deixar de dar aulas, por ser sempre colocada em escolas longe de casa, e passara só a dar explicações, o que chegava bem para pagar as contas, desde que tivesse alunos. O marido, que trabalhava numa multinacional no Parque Industrial de Setúbal através de uma prestadora de serviços, já não tinha recebido o salário naquele mês. Sem ninguém a quem recorrer, precisavam de ajuda para comer.

Os pedidos a chegar ao Banco Alimentar de Setúbal entre o fim de março e o início de abril de 2020 eram tantos que as linhas telefónicas estavam sempre entupidas. O mesmo aconteceu em vários pontos do país. Em desespero, as pessoas apareciam à porta dos armazéns a pedir comida, recorriam a paróquias e a instituições sociais ou faziam fila para a distribuição de cabazes e refeições quentes. A crise sanitária devido à covid-19 estava apenas no início, não se imaginava o que ainda vinha pela frente, mas foi nessa primeira fase da pandemia que se viveu o grande pico da crise alimentar em Portugal.

Sem capacidade de resposta perante o aumento exponencial de pedidos, a 19 de março, um dia depois de ser decretado o primeiro estado de emergência, a Federação Portuguesa de Bancos Alimentares (FPBA), com o apoio da associação Entraajuda, criou a Rede de Emergência Alimentar (REA), uma resposta de emergência que persiste até hoje e que permitiu angariar donativos que substituíram

as campanhas de recolha de supermercados, sus-pensas devido à pandemia. Através de um formulário no Google, a partir de qualquer ponto do país, as famílias podiam preencher o seu pedido de ajuda, indicando a sua localização, o número de pessoas que partilhavam a mesma casa, a existência ou não de condições para cozinhar e se já recebiam apoio alimentar antes da pandemia.

Numa fase muito inicial do primeiro confinamento, quando quase todos se fecharam em casa, muitas respostas sociais encerraram portas. Cantinas, refeitórios escolares, centros de dia e até mesmo instituições que distribuíam refeições ou cabazes deixaram de funcionar. Quem dependia desse apoio ficou sem nada.

Logo a 20 de março, uma segunda-feira, o formulário foi preenchido por famílias de 29 concelhos diferentes de quase todos os distritos do país. A grande maioria veio de Lisboa, Porto e Setúbal. A partir daí, todos os dias, à medida que a pandemia alastrava e que a crise se instalava, cada vez mais pessoas pegavam no telemóvel ou sentavam-se à frente do computador para preencher o formulário e pedir comida.

Segundo os dados anonimizados disponibilizados ao Expresso pelo Banco Alimentar contra a Fome, contavam-se 29.949 famílias até 31 de dezembro de 2021. Um pedido a cada meia hora ao longo de quase dois anos. Nessas casas estavam 90.064 pessoas, numa média de três por família, e quase todas (90%) viviam até então sem precisar de apoio alimentar. Para muitas, como a mãe com dois filhos que recorreu ao armazém de Setúbal, aquela foi a primeira vez na vida que tiveram de pedir ajuda para comer.

As quase 30 mil famílias são apenas uma parte das que recorreram ao Banco Alimentar. Muitas outras já eram ajudadas antes da pandemia, outras dirigiram-se às instituições diretamente. Em setembro de 2020 eram apoiadas cerca de 360 mil pessoas e no ano seguinte à volta de 375 mil. Além disso, muitas famílias recorreram a cantinas sociais, câmaras municipais, juntas de freguesia, paróquias ou associações.

Fora destes números estão também as cerca de 150 mil pessoas que reuniram os requisitos para ter direito ao cabaz fornecido pela Segurança Social através do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC). Nesses casos, ao contrário do que acontece no Banco Alimentar, a quantidade de alimentos não depende de doações, é uma quantidade fixa e visa cobrir 50% das necessidades nutricionais. Em 2020, o número de beneficiários do POAPMC cresceu 60% e este ano, com 110 mil beneficiários, ainda se mantém 20% acima do que era antes da pandemia.

QUARTA-FEIRA, 8 DE ABRIL

“A primeira fase foi avassaladora. Tínhamos pessoas, instituições e autarquias a pedir ajuda. Foi um crescimento exponencial em três semanas. Apoávamos



cerca de 15 mil pessoas antes da pandemia, passaram para 30 mil e assim se manteve em 2021”, recorda Nuno Cabrita Alves, presidente do Banco Alimentar do Algarve e membro da direção da FPBA.

A região algarvia foi uma das primeiras a afundar-se assim que o turismo acabou. À beira da Páscoa, mais de 60% das reservas de turistas foram canceladas e em abril a taxa média de ocupação dos hotéis foi de apenas 1%. O número de desempregados chegou a ser o triplo do ano anterior, refletindo a grande instabilidade e precariedade de muitos postos de trabalho.

Todas as manhãs, desde os primeiros dias de confinamento, nove voluntários espalhados por diferentes pontos do Algarve recebiam o ficheiro do Banco Alimentar com os pedidos de ajuda dos residentes da região que, na véspera, tinham preenchido o formulário. A cada voluntário estava atribuído um ou dois concelhos, cabendo-lhe encaminhar



as famílias para a instituição parceira que lhes fosse mais próxima. Da próxima vez que o cabaz dessa instituição saísse do armazém já iria mais pesado.

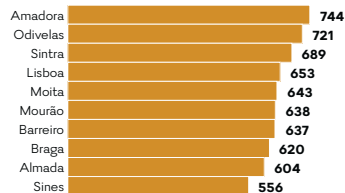
O mesmo acontecia pelo país fora. Em Setúbal, “a situação agravava-se de um dia para o outro”, lembra Pedro Cunha, presidente do Banco Alimentar que abrange nove concelhos da península de Setúbal e quatro do litoral alentejano, incluindo Odemira. No Funchal, não era diferente. Com uma economia fortemente dependente do turismo, rapidamente o fecho dos hotéis e o desaparecimento dos cruzeiros tiveram impacto nas famílias.

Em 2020, o Banco Alimentar madeirense apoiou mais 3300 pessoas do que no ano anterior. “Antes da pandemia eram raros os pedidos diretos de ajuda que vinham ter connosco. Seriam, se tanto, uns 20 por ano. Mas em 2020 contámos 400. Recebíamos chamadas de pessoas de classe média, com instrução, que tinham ficado sem rendimentos de

A crise sanitária devido à covid-19 estava no início, não se imaginava o que ainda vinha pela frente, mas foi nessa fase que se viveu o grande pico da crise alimentar

10 CONCELHOS COM MAIS PEDIDOS DE APOIO À REDE DE EMERGÊNCIA DO BANCO ALIMENTAR

Por 100 mil habitantes



repente e precisavam de comida”, descreve o diretor técnico, Hugo Gouveia.

Também Beja, que lida habitualmente com outra sazonalidade — não a do turismo, mas a da agricultura, que emprega milhares de trabalhadores, sobretudo de nacionalidade estrangeira, que ficam sem rendimentos entre campanhas agrícolas —, viu disparar as carências alimentares. “Logo em abril aumentou muito o número de famílias a precisar de apoio. Passámos de 54 instituições apoiadas para 65, e este ano mantêm-se as mesmas”, aponta António Patriarca Sebastião, vice-presidente do Banco Alimentar de Beja.

Uma dessas instituições é a Cáritas, que alerta para um agravamento da situação no distrito. “Os pedidos de apoio na fase inicial da pandemia eram, na sua maioria, de ajuda alimentar, que podia ser dada de várias formas, tanto através de cabazes ou de refeições confeccionadas. Os apoios eram dados de acordo com o acompanhamento técnico e com a recetividade do imigrante, sendo que devido aos seus hábitos alimentares normalmente dão preferência aos cabazes com alimentos para confeccionarem as suas próprias refeições”, descreve Teresa Martins, responsável pelo Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Beja.

A quarta-feira, 8 de abril de 2020, foi o dia com o maior número de pedidos feitos. A maioria veio de Lisboa, Porto, Setúbal e Faro. Metade eram famílias com três ou quatro pessoas. Com o país confinado e as crianças em casa há mais de três semanas, cresciam os pedidos dirigidos às instituições para alimentar os mais novos, já que a maior parte das cantinas estava fechada. Contavam-se nessa fase 13 mil casos de covid-19 e 380 mortes.

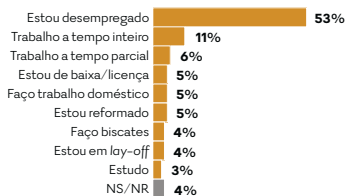
Na véspera, as televisões tinham dado conta de mais uma reunião entre peritos e Governo, falando-se pela primeira vez no pico dessa primeira vaga. Pedia-se, ainda assim, que daí a quatro dias, no domingo de Páscoa, os portugueses não violassem o isolamento social. “Se queremos ganhar a liberdade em maio, precisamos de a ganhar em abril”, disse nesse dia o Presidente da República. A algumas empresas começavam a chegar as primeiras verbas públicas do *lay-off* para pagar salários, mas muitas outras só as receberam no final do mês ou no início de maio.

Nesses compassos de espera, as famílias recorriam às instituições, tanto para apoio alimentar como para pagamento de pequenas despesas urgentes, como uma bilha de gás ou uma consulta no dentista. Faro já tinha então o dobro de desempregados do que em abril do ano anterior, em Lisboa eram mais 29% e em Setúbal tinham subido 48%.

Por essa altura, no bairro Branco, no Monte da Caparica, em Almada, muitas pessoas batiam à porta do Centro Social Paroquial de Cristo Rei. “Atuamos em três bairros sociais: o bairro Branco, onde temos a sede, o bairro do Asilo e o bairro Cor de Rosa. Aqui vive um aglomerado de famílias duplamente excluídas na pandemia, quer pelo impacto

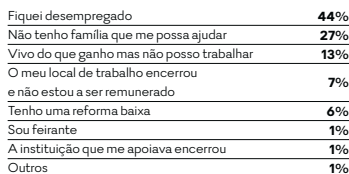
SITUAÇÃO PROFISSIONAL NO MOMENTO DO PEDIDO DE APOIO ALIMENTAR

Entre 16 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2021



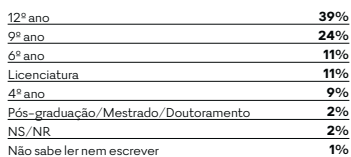
MOTIVO PARA PEDIR APOIO ALIMENTAR

Entre 16 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2021



HABILITAÇÕES ACADÉMICAS DE QUEM PREENCHEU O PEDIDO DE APOIO ALIMENTAR

Entre 16 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2021



Só um terço dos pedidos responderam à situação profissional, instrução e motivo do apoio, pelo que os resultados não refletem o perfil geral

FONTE: REDE DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR (BANCO ALIMENTAR)

que atingiu toda a gente quer pela grande prevalência de trabalhos informais que as deixou socialmente desprotegidas. Muitas pessoas davam apoio à família, tomavam conta de idosos e de crianças ou faziam limpezas domésticas e de um dia para o outro ficavam sem rendimentos. Outras, sobretudo mulheres, viviam com o dinheiro que ganhavam a fazer fritos e doces em casa para vender nos cafés, que fecharam”, relata Ana Martinho, técnica e coordenadora da equipa de apoio social do centro, uma das instituições do distrito a apoiar mais pessoas através do Banco Alimentar. “Curiosamente, na fase da pandemia, empregámos algumas mulheres que não se integravam há muito tempo no mercado de trabalho. Conseguiram vaga nas limpezas dos hospitais, nas áreas covid, mas voltaram a perder o emprego quando deixaram de ser necessárias.”

No sábado, 11 de abril de 2020, na véspera da Páscoa, começaram a ser libertados os primeiros presos abrangidos pelo regime excecional criado pelo Governo para reduzir o risco de propagação do coronavírus nas cadeias. Saíram cerca de 2 mil até agosto, uns por perdão de pena, outros por licença precária ou com indulto do Presidente da República por terem mais de 65 anos ou um problema de saúde.

Ana Martinho recorda-se bem desse período no bairro: “Muitos reclusos saíam das prisões nessa altura sem nada. Vinham completamente desamparados e batiam-nos à porta, sem saber o que fazer nem para onde ir. Alguns estavam detidos há mais de oito anos, os laços com as famílias eram inexistentes ou estavam muito degradados, e não tinham casa onde ficar. Nessa altura, a Câmara de Almada ampliou um abrigo noturno, e isso foi um apoio.” O mesmo aconteceu noutros pontos do país, levando os reclusos a pedir ajuda a hospitais, misericórdias ou autarquias. Alguns pediram mesmo para voltar para a prisão.

Em 2020, o Centro Social Paroquial de Cristo Rei no bairro Branco deu alimentos a quase mil pessoas através do Banco Alimentar. A essas somam-se ainda 120 beneficiários do POAPMC, gerido pela instituição, além de muitos outros que se mantiveram em lista de espera por não haver vaga no programa da Segurança Social. “A Câmara criou um apoio extraordinário que nos permitia comprar os alimentos para fazer cabazes equivalentes aos do POAPMC e dá-los a quem aguardava uma vaga”, diz Ana Martinho.

No primeiro ano da pandemia, os 21 Bancos Alimentares de todo o país distribuíram quase 30 mil toneladas de alimentos e chegaram a 2700 instituições. Lisboa, Porto, Setúbal, Faro e Braga continuam a ser os cinco maiores bancos, mas só em 22 concelhos de todo o país é que não houve nenhuma família a recorrer ao formulário do Banco Alimentar. Metade desses municípios ficam no Norte, nos distritos de Bragança e Vila Real. É o caso de Torre de Moncorvo, Vinhais, Alfândega da Fé, Miranda

NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE PEDIRAM APOIO À REDE DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR POR DISTRITO

Por 100 mil habitantes

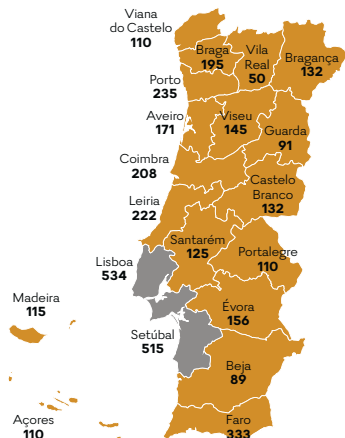
do Douro, Vimioso, Freixo de Espada à Cinta, Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena e Sabrosa. Uma rede de vizinhança mais presente, maior proximidade entre as pessoas e acesso mais facilitado a um terreno agrícola ou a uma horta ajudam a explicar as menores carências alimentares. “Antes de chegarem a nós estão os vizinhos. Há sempre alguém que ajuda com couves ou batatas”, descreve Cristina Figueiredo, diretora da Cáritas de Bragança, também apoiada pelo Banco Alimentar.

Em Castelo Branco, o retrato é semelhante. “Não sofremos tanto como Lisboa, Porto ou Algarve. O turismo aqui é menor, e o impacto da pandemia no emprego não foi assim tão duro. Claro que a pandemia agravou as carências das famílias, mas houve uma reação muito rápida no terreno”, diz Joaquim Silva, presidente do Banco Alimentar do distrito. Também em Portalegre, a maior preocupação foi mesmo o isolamento dos idosos, uma vez que a reduzida percentagem de população ativa e o efeito mais ténue do desemprego resultaram num aumento pouco expressivo dos pedidos.

O desemprego foi mesmo o principal motivo dos novos pedidos de ajuda ao Banco Alimentar (41%), segundo os dados preenchidos no formulário, embora apenas um terço das famílias tenha dado resposta a essa pergunta. Não ter família a quem recorrer (27%) ou não poder trabalhar (13%) foram outras das razões. Cerca de 60% destas famílias tinham habilitações académicas até ao 9º ano ou ao 12º ano.

A nível nacional, o concelho da Amadora foi o que teve maior número de novos pedidos por 100 mil habitantes, e a Rede de Emergência Alimentar encaminhou para a Câmara uma parte das famílias. “Recebíamos as listagens e contactávamos as pessoas para irem ao atendimento das juntas de freguesia. A partir desse momento era ativada a resposta que melhor se aplicasse a cada caso. Tanto poderia ser o apoio do Banco Alimentar como o programa alimentar da Segurança Social ou o acesso a uma cantina social”, relata a responsável pela divisão de intervenção social da Câmara Municipal da Amadora, Ana Moreno. A Câmara atribuiu a algumas famílias um cartão para aquisição de bens de primeira necessidade e, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia, levou refeições a quem não podia sair de casa. “O que mais me chocou foi o isolamento e abandono de muitos idosos. Sobreretudo no primeiro confinamento, as pessoas ficaram efetivamente sozinhas.”

Também o concelho de Odivelas se destacou com um elevado número de pedidos, e a autarquia, quando viu a “avalanche” de necessidades alimentares, percebeu que o que vinha do Banco Alimentar não chegava. “Criámos um programa de apoio alimentar e falámos com as instituições para perceber quais eram os produtos que faziam mais falta, para que pudessemos completar os cabazes”, descreve Inês Fradique, chefe da divisão de Coesão Social da Câmara Municipal de Odivelas. “Faltavam



proteínas, e passámos a comprar frango e pescada, atum e enlatados, procurando que as salchichas não fossem de porco, porque temos uma grande representatividade cultural no concelho. Juntámos também massa, arroz, azeite, cereais e alimentação para bebés, além de produtos de higiene pessoal.” Desde então ajudaram 11 mil pessoas.

FOLARES, FRAMBOESAS E CONSERVAS GOURMET

Se o número de pessoas a pedir ajuda cresceu exponencialmente, também a quantidade de alimentos atingiu níveis recorde. A agricultura não parou e houve muitos excedentes. “No início do confinamento, que aconteceu pouco antes da Páscoa, a quantidade de alimentos a chegar foi inédita, incluindo produtos que nunca tínhamos recebido, como toneladas de ovos da Páscoa e de folares, que vinham em semibreques”, lembra Pedro Cunha. Queijos, patés, conservas *gourmet* ou mirtilos e framboesas chegaram também em grandes quantidades. Mas não foram só excedentes. Houve pessoas a entregar sacos com compras. “E o que mais me sensibilizou foi terem aparecido crianças a entregar alimentos que tinham pedido como prenda de aniversário aos amigos. Nunca me esquecerei disso.”

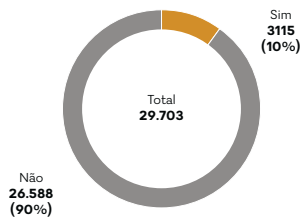
Muitas empresas fizeram donativos em dinheiro diretamente à FPBA ou entregaram produtos aos Bancos Alimentares como forma de compensar as duas campanhas de recolha nos supermercados que não puderam realizar-se por causa da pandemia. “O que salvou a situação foi a Rede de Emergência ter mobilizado empresas, bancos, entre muitas outras entidades. Conseguimos os produtos frescos a partir dos excedentes que recebíamos, e os secos eram adquiridos pela Federação com esses donativos”, explica Nuno Alves.

Embora as campanhas de recolha nos supermercados tenham um peso muito importante no Banco Alimentar, a missão é evitar o desperdício. E por isso há um contacto permanente com produtores e agroindustriais para que os excedentes sejam encaminhados para os armazéns, evitando que sigam para aterro. Fruta que não tem o tamanho e características certas para ser vendida no supermercado ou que as empresas já não conseguem conservar por mais tempo, alimentos próximos do limite de validade que não foram vendidos, produtos impressos com um erro no rótulo ou com uma embalagem imperfeita também chegam aos armazéns. O mesmo acontece aos produtos alimentares “presos” nas alfândegas, como fruta ou até peixe apreendido por ser pescado ilegalmente. Nesses momentos, são as autoridades que contactam o Banco Alimentar mais próximo para fazer a recolha e encaminhar os produtos para as instituições.

A concentração de motos de Faro, no passado mês de julho, fez chegar ao Banco Alimentar do Algarve uma tonelada e meia de refeições confeccionadas e legumes frescos. E no mesmo dia chegava ao armazém um camião com 20 toneladas de fruta

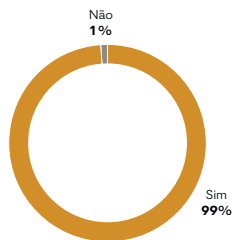
JÁ TINHA APOIO ALIMENTAR ANTES?

Número de famílias e percentagem

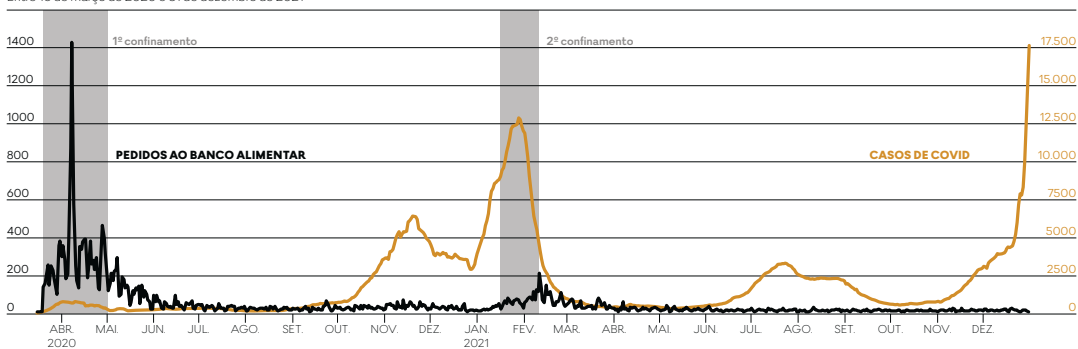


CONSEGUE COZINHAR EM CASA?

Entre 16 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2021



FONTE: REDE DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR (BANCO ALIMENTAR)



FONTE: REDE DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR (BANCO ALIMENTAR) E DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE (DGS)

que há 10 anos arranca quase todas as semanas da Granfer, uma empresa familiar produtora de fruta do Oeste. “Chegam a Faro à segunda e à sexta já não há nada”, descreve Nuno Alves. É de Óbidos que, sobretudo no verão, saem entre 20 a 60 toneladas de fruta para os Bancos Alimentares de Faro e Setúbal. Frutas de carçoço, como nectarinas, pêssegos, alperces e ameixas, enchem os camiões. “O verão é uma altura de grande produção, e esta parceria tem um benefício mútuo. É uma forma de apoiar a comunidade e de combatermos o desperdício. Bastam pequenos defeitos na fruta ou um nível de maturação que já não é o ideal para a prateleira do supermercado para que passem a não ter procura”, conta Tomás Ferreira, responsável pelo departamento comercial da Granfer, que produz fruta há 36 anos.

Pequenas e grandes empresas, bancos, consultoras, fundações e cadeias de distribuição fizeram elevados donativos em dinheiro ou em géneros ao Banco Alimentar nos últimos dois anos. Em muitos casos, as ligações já vêm de trás. A Vitacress, por exemplo, faz doações semanais há mais de 10 anos, sendo a maioria saladas e vegetais, como agrião, rúcula ou espinafre. Também a Nobre envia mensalmente sobretudo flambres fatiados, enchidos, salchichas e refeições em lata para os bancos de Lisboa, Porto e Oeste.

O QUE ESTÁ PELA FRENTE

A Rede de Emergência Alimentar foi criada como uma solução temporária, mas Isabel Jonet não vê ainda condições para lhe pôr fim. Até 28 de abril de 2022 entraram mais 1432 novos pedidos, vindos de 150 concelhos distribuídos por todos os distritos do país, e não houve um único dia em que o ficheiro não ganhasse mais uma linha. “Não vejo forma de acabar com a Rede. Não só por continuarmos a receber pedidos mas também porque é uma forma de angariar mais apoio”, explica.

O problema que está por trás da crescente procura de apoio alimentar há muito que não se resume a uma crise específica. Há quase duas décadas que o número de pobres em Portugal não foge muito dos 2 milhões. De crise em crise, a pobreza aumenta e diminui, mas sem sair do mesmo patamar, continuando a ser passada de geração em geração sem que o ciclo se quebre. Isabel Jonet reconhece que é

Com o impacto da pandemia a dissolver-se, outra crise ganha forma: a do aumento dos preços. Não houve um só dia desde o início do ano em que não chegasse um novo pedido de ajuda ao Banco Alimentar



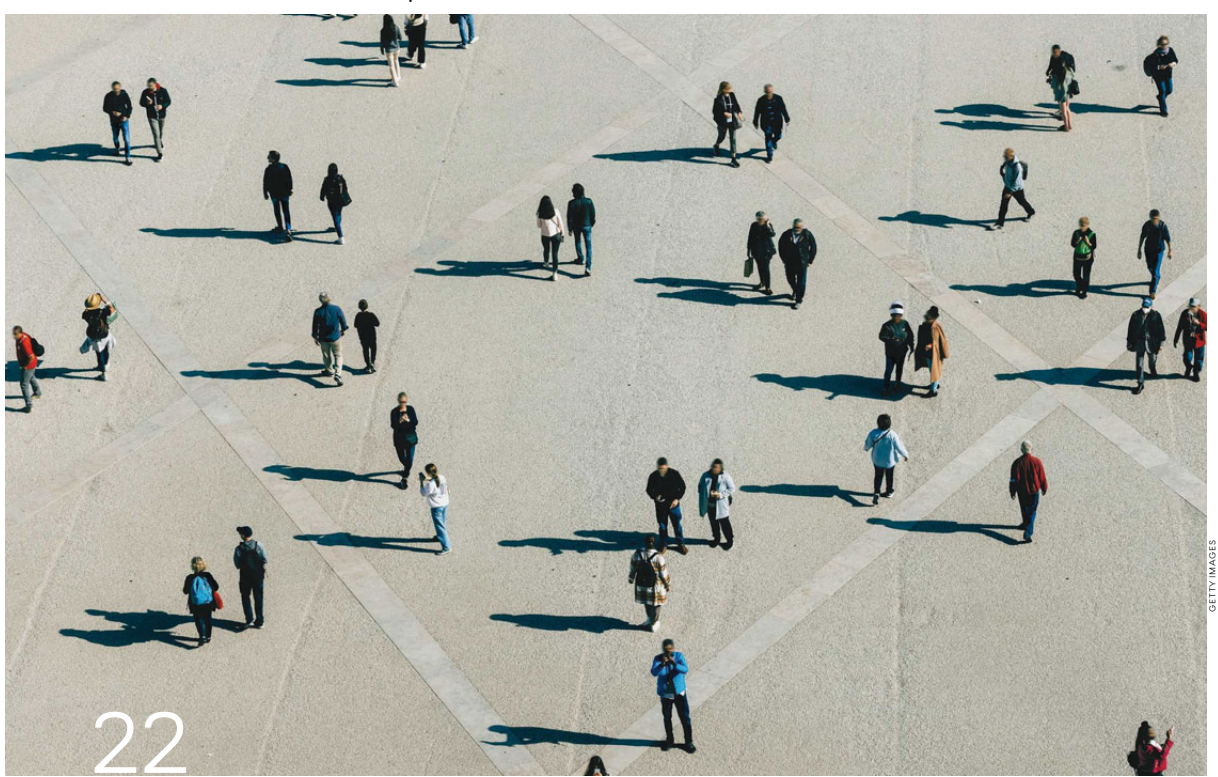
necessária uma “mudança estrutural” na resposta à pobreza em Portugal. E a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, aprovada por este Governo mas que continua sem nenhum avanço, apresentou-se como uma esperança de que as muitas medidas de ajuda às famílias deixem de ser tão espartilhadas. “É preciso acabar com os apoios avulsos e criar uma resposta estruturada de apoio à família, de base local, que acompanhe cada agregado, a sua composição e as suas necessidades, sem lhes virar as costas depois de atribuir o apoio”, defende Nuno Alves, membro da direção do Banco Alimentar.

Com o impacto da pandemia a dissolver-se, outra crise ganha forma: a do aumento dos preços, em particular dos alimentos, eletricidade e gás, atinge fortemente as famílias mais pobres. Também as instituições que prestam apoio alimentar à população sentem maior pressão dos custos. É mais uma “bomba-relógio”, resume Ana Moreno, do apoio social da Amadora. Rendas a aumentar e custo de vida a subir, associados a salários baixos e cada vez mais insuficientes, são a realidade “presente” e “futura”, alerta. “O mais preocupante é que para o problema da habitação e das rendas não há soluções fáceis nem rápidas. E, apesar de o desemprego estar baixo, a pobreza mantém-se.”

No Centro Social Paroquial de Cristo Rei no bairro Branco, em Almada, os pedidos de ajuda alimentar estão a aumentar. “São sobretudo pessoas a quem já dávamos algum apoio, que estavam minimamente equilibradas, sem perigo de insegurança alimentar, mas que estão a piorar”, descreve Ana Martinho. “Muitos são trabalhadores, mas com rendimentos insuficientes, como mães sozinhas a trabalhar na restauração. Outras estão de baixa ou recebem pensões muito pequenas. A situação da habitação está péssima, as rendas estão a subir, as pessoas têm de sair das casas onde vivem, e o abrigo noturno já tem lista de espera. Além disso, para muitas famílias, sentimos que o apoio alimentar que recebem continua a ser manifestamente insuficiente para as suas necessidades.” ●

ralbuquerque@expresso.imprensa.pt

Este trabalho foi feito com uma bolsa de investigação jornalística atribuída pela Fundação Calouste Gulbenkian



GETTY IMAGES

22

Pobreza

A cada meia hora, ao longo de 2020 e de 2021, uma família preencheu o formulário do Banco Alimentar para pedir comida. Foram quase 100 mil pessoas, a maior parte das quais vivia até então sem precisar de ajuda